

UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA AMAZÔNICO: Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)

Carla Joelma de Oliveira Lopes

Psicóloga, Historiadora e Geógrafa pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFPA.
carlajoelma@gmail.com

João Santos Nahum

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Rio Claro. Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGeo/UFPA.
prof.joaonahum@gmail.com

RESUMO

Analisamos o território quilombola de Araquembaua no município de Baião, na Amazônia paraense. Objetivamos identificar, de forma geral, elementos que nos ajudem a compreender como se configura o modo de vida nos últimos quinze anos, período posterior ao processo de titulação do território ocorrido a partir das mudanças legais propostas pela Constituição Federal de 1988. Procuramos levantar dados que nos subsidiem na compreensão das dinâmicas culturais, simbólicas e materiais que despontam no território, manifestando antigas/novas relações de poder que ali se apresentam. Enfocamos ainda como esse território vem se comportando e se expressando do ponto de vista da configuração territorial e política. Concluímos que a demarcação e titulação da área não alteraram os traços do modo de vida do lugar, por exemplo, a dependência e a subordinação ao mercado, bem como a ameaça sobre a terra continua uma vez que os limites oficiais dos territórios demarcados nem sempre são respeitados.

Palavras-chave: Território Quilombola Amazônico; Modo de vida; Titulação; Territorialidades.

A AMAZON TERRITORY QUILOMBOLA:

A case study in Araquembaua community, in the municipality of Baião (PA)

ABSTRACT

We analyze an Amazonian Quilombola territory focusing in Araquembaua community in the municipality of Baião, state of Pará. We aim to identify, in general, elements that help us understand the configuration of the mode life over the past fifteen years, period after the titration process the territory who occurred from the legal changes proposed by the Federal Constitution of 1988. We seek to collect data that assist us in understanding cultural dynamics, symbolic and material that emerge in the territory. And finally we analyze, as of territorialities which are given in old / new power relations that there are presented as of Amazon contemporary Quilombo territories is behaving and expressing the point of view of territorial and political configuration. We conclude that the demarcation and titration area doesn't alter the traits of the life mode local, e.g., dependence and subordination to the market, as well as the threat to the earth continues once at the limits of the demarcated areas aren't always respected.

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

Keywords: Amazon Quilombola Territory; Way of Life; Titration; Territorialities.

UN TERRITORIO QUILOMBOLA AMAZON:
Un estudio de caso en la comunidad Araquembaua, en el municipio de Baião
(PA)

RESUMEN

Analizamos el territorio quilombo de Araquembaua en el municipio de Baião, Pará, en la Amazonia. Nuestro objetivo es identificar, en general, elementos que nos ayudan a comprender cómo configurar el modo de vida en el último período de quince años después de que el proceso de titulación de territorio se produjo a partir de los cambios legales propuestos por la Constitución Federal de 1988. Tenemos que observar los datos para subvencionar la comprensión de las dinámicas culturales, simbólicas y materiales que surgen en el territorio, que muestran nuevas relaciones antiguas / potencia que surgen. Nos centramos aun cuando este territorio se está comportando y expresando el punto de vista de la configuración territorial y política. Llegamos a la conclusión de que la demarcación y titulación de la zona no alteran las características de la forma de vida local, por ejemplo, la dependencia y la subordinación al mercado, así como la amenaza a la tierra continúa a medida que los límites oficiales de las zonas demarcadas no son siempre respetado.

Palabras clave: Territorio Quilombo Amazon; Forma de Vida; La Titulación. Territorialidad.

INTRODUÇÃO

Analizamos a formação do território quilombola de Araquembaua, localizado no município de Baião-PA, na região nordeste do Baixo Tocantins, na Amazônia paraense. Enfocamos a trajetória de transformações territoriais relativamente recentes na Amazônia que tem como evento propulsor as mudanças nos marcos legais brasileiros. Isto é, analisamos a mudanças e continuidades neste lugar a partir de seu processo de titulação como território quilombola.

Objetivamos identificar elementos que nos ajudem a compreender a dinâmica do modo de vida em Araquembaua nos últimos quinze anos, período posterior ao processo de titulação do território, ocorrido a partir das mudanças legais propostas pela Constituição Federal de 1988. Levantamos dados para subsidiar a compreensão das dinâmicas culturais, simbólicas e materiais que despontam no território. Analisamos, também, a partir das territorialidades que se expressam nas antigas e novas relações de poder que ali se apresentam como os territórios quilombolas contemporâneos da Amazônia se expressam na configuração territorial.

Partimos do pressuposto que a titulação representou um evento para o lugar. Por evento compreendemos aquilo que é capaz de promover alterações significativas na

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

configuração espacial, na dinâmica social e no território usado, que é capaz de ressignificar o lugar provocando o estranhamento, produzindo uma esquizofrenia espacial e, ao mesmo tempo, revelando rupturas e permanências.

Trabalhamos com as hipóteses de que os usos do território no quilombo de Araquembaua não são homogêneos e sinalizam relações de conflito, resistência e antagonismo com relação à assunção da identidade étnica quilombola; que a comunidade desenvolveu estratégias de permanência assentadas em práticas tradicionais como a pesca, a caça e a agricultura de subsistência; que a demarcação territorial foi feita a partir destes usos o que enquadra a comunidade de Araquembaua nas características das populações camponesas que tem o uso tradicional da terra como traço comum e não reflete particularmente a territorialidade étnica quilombola.

Abordamos a situação em foco a partir da noção de evento geográfico, tal como trabalhada por Nahum e Santos (2015), em sua interpretação sobre a dendeicultura na Amazônia paraense. Assim, partimos de um período inicial onde temos uma situação geográfica, referente ao tempo anterior ao processo de titulação da comunidade. Em seguida, caracterizamos a titulação enquanto evento, mostrando como ela se processou, ou seja, ressaltando como neste lugar temos as condições e possibilidades que permitiram às comunidades reivindicar sua titulação. Após o que percorremos a situação geográfica a partir da titulação com a finalidade de compreendermos as mudanças e permanências que se expressaram no lugar a partir do evento. Para tanto realizamos trabalho de campo e entrevistas com moradores da área, que nos possibilitaram reconstituir em largos traços a trajetória que vai da condição de comunidade a território quilombola.

O artigo divide-se em três partes, além da introdução e conclusão. Na primeira parte discutimos o modo de vida da comunidade, na segunda refletimos sobre a titulação e as novas dinâmicas territoriais que despontam no lugar e finalmente, analisamos as dinâmicas socioespaciais do território quilombola de Araquembaua atualmente.

O MODO DE VIDA ANTES DA TITULAÇÃO

No ano 2000, um processo coletivo de titulação de terras quilombolas foi enviado ao Instituto e Terras do Pará (ITERPA), representando um total de 26 requerimentos de titulação coletiva de remanescentes de quilombos, dentre os quais se encontrava Igarapé Preto, Baixinha, Pampelônia, Teófilo, Varzinha, Campelo, Cupu, França, Araquembaua,

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

Carará, Costeiro e Igarapezinho, abrangendo áreas dos municípios de Baião, Mocajuba, Oeiras e Bagre, num total de 17357.02 hectares onde vivem 565 famílias.

A titulação do território quilombola representou um acontecimento na vida de Araquembaua capaz de alterar algumas dinâmicas culturais e espaciais importantes para a comunidade. Mas, para compreender o processo de titulação devemos considerar as dinâmicas do lugar, pois elas criam as condições para emergência do evento, visto que pensamos o lugar como um conjunto de possibilidades, onde são as condições territoriais, técnicas e políticas que se desenhavam em Araquembaua uma situação geografia inicial S1 que podemos ver a gênese da titulação quilombola.

Para chegar a Araquembaua viajamos aproximadamente seis horas de ônibus até o município de Baião e mais ou menos quatro horas de carro particular para adentrar ao lugar. Todavia, há pouco tempo, a única forma de se chegar à localidade era através do rio Tocantins até ancorar em Baião e, em seguida, pegar uma embarcação pequena, regionalmente chamada *pô pô pô*, para uma hora depois estar lá, o que demandava aproximadamente 18 horas. A diferença das horas gastas na viagem sinaliza uma mudança significativa. Agora, onde havia mata fechada temos estradas abertas e a pequena localidade, cujo sistema de transporte resumia-se a barcos pequenos e bicicletas partilha agora da poluição sonora e ambiental por conta da invasão pela PA 151 das motos e carros. Ver figura 1.

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum



Figura 1 – Mapa de localização da Comunidade Quilombola de Araquembaua
Fonte: Sistema de coordenadas geográficas: LAT/LOG. Elaboração: João Batista.

No entanto, a floresta primária e a terra alta acompanhadas do cais e de uma enorme escada ainda são as suas marcas memoriais. Soma-se a essa paisagem a igreja branquinha vista ao longe e a mangueira centenária que abriga em seus domínios um banquinho de madeira, testemunha de muitos causos e namoros. Em cada casa da primeira rua, um pequeno cais, localmente denominado de porto, por meio de uma escada de acesso particular que delimita, ainda que minimamente, algo de privado nessa comunidade. Assim temos o porto do Cabral, do Nei, do Loda e outros tantos que simbolizam as famílias mais antigas. Além do cais da comunidade serve a todos.

É ainda pela madrugada que começa a rotina dos moradores. Alguns homens se reúnem para tomar um gole de cachaça antes de enfrentar o rio para pescaria, pois dizem que espanta o frio. Outros se deslocam junto com suas mulheres ao centro, clareira no interior da mata, onde está a roça para garantir algum alimento. Os filhos mais velhos são responsáveis pela organização da casa, por enviar os mais novos à escola, por adiantar o almoço com o que já se tem na cozinha.

Em Araquembaua existem dois espaços distintos. O centro, lugar em que se desenvolvem exclusivamente as atividades produtivas ligadas à agricultura familiar e a colheita de flores; e a vila, compreendendo o povoado propriamente dito de Araquembaua,

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

onde residem as famílias e ali permanecem na hora do descanso e estudo. Na configuração espacial da vila temos comércios (botecos, mercearias, bares), escola, igrejas, cemitério, praças, etc. A vila, também, representa o espaço de congregação do grupo, onde a comunidade se reúne para contar histórias, fazer festejos, rodas, fogueiras.

A vida calma da vila não foi suficientemente atrativa para impedir que a juventude migrasse para áreas urbanas em outros municípios, tais como Baião, Mocajuba, Cametá e, principalmente, Belém. No primeiro momento, essa migração campo-cidade, provocou um enorme esvaziamento e enfraquecimento das atividades produtivas de subsistência, mas alguns desses jovens retornaram para a comunidade trazendo inovações nas formas de pensar o espaço e de se relacionar com ele, o que pode explicar o surgimento da pequena área de comércio e serviços.

Originalmente as casas eram feitas de madeira ou de barro geralmente em mutirão. Assim, ao formarem-se novas famílias, a comunidade se juntava para presentear os recém-casados com a casa nova e a ajuda na colheita da roça. As casas hoje são, em sua maioria, de alvenaria e dispõem de banheiro interno, fossa, água encanada. No final do século XX eram apenas duas ruas habitadas, uma igreja e um cemitério. Agora as ruas surgem em uma velocidade surpreendente, já são seis oficiais, sem contar com as pequenas que ainda estão surgindo. Esta nova configuração espacial reflete o crescimento da comunidade.

A união de um casal sempre foi intensamente festejada pelo coletivo, pois a comunidade é, predominantemente, formada por parentes. Estes laços matrimoniais, segundo os moradores, aproximam mais ainda as redes de parentesco. Até recentemente os casamentos ocorriam muito precocemente. Poucas décadas atrás uma jovem com 13 ou 14 anos já estava apta a se casar, aos 16 já era considerada *moça velha*¹. Isso mudou um pouco, pois a perspectiva sair para estudar retardou o ritmo das uniões. Mas quem permanece na comunidade casa-se precocemente. Um dado significativo é que em Araquembaua, em função da migração das mulheres para as cidades em busca de oportunidades de estudo e trabalho, a população masculina é superior à feminina.

Outro acontecimento importante foi o acesso à energia elétrica por meio do Programa Luz Para Todos em 2007. Fato que alterou o cotidiano do lugar, uma vez que, os encontros noturnos para contação de histórias e brincadeiras foram substituídos, em grande medida, pela sinergia da televisão. O antigo motor, comprado e mantido coletivamente pelo grupo e que era ligado apenas em horas estratégicas do dia, entrou em desuso.

¹ Expressão local que indica que a mulher está passando do tempo de casar

**Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)**
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

Araquembaua era uma comunidade pequena, com aproximadamente 110 famílias, que desenvolveu ao longo de sua história práticas comuns que demarcam seu modo de vida. Esse modo de vida marcado pela intensa relação do grupo com seu meio, pelo uso de técnicas de baixo impacto ambiental e pelo respeito aos ciclos naturais (FLEURY; ALMEIDA, 2007). O trabalho desenvolve-se em torno da unidade familiar e, muito embora, tenham ocorrido alterações significativas no cotidiano do grupo resistem comportamentos que são ancestrais. É o caso da pesca.

A pesca é tradicionalmente realizada pelos homens, utilizando várias técnicas. O uso da rede já foi mais intenso, mas, segundo relato dos pescadores, a quantidade de peixes no Tocantins reduziu muito após a construção da UHE de Tucuruí. Uma das opções é procurar o peixe em pequenos igarapés ou em braços de rio que concentram menos água. Isola-se a área com uma parede de barro colhida no próprio lugar e improvisam o surgimento de uma espécie de lago onde o peixe fica cercado por homens e barro. A quantidade recolhida de peixes é muito menor e se destina exclusivamente ao consumo do grupo. No passado, o pescado servia como moeda de troca na cidade.

A diminuição do pescado estimulou a migração de pescadores para as cidades com o objetivo de buscar trabalho assalariado. Essa migração sinaliza o impacto produzido pela contenção da água na barragem. A construção de uma hidrelétrica altera o ecossistema dos rios e afeta diretamente as comunidades tradicionais, àquelas que dependem prioritariamente dos recursos naturais e do acesso aos meios tradicionais de vida que incluem a produção agrícola, a pesca, a pecuária e o extrativismo vegetal (HERNANDEZ, 2012).

A agricultura também passou por alterações. A lida na roça é árdua e penosa, mas nele homens, mulheres e jovens trabalham intensamente quando há necessidade. Como os incentivos são poucos e não há apoio técnico, a agricultura desenvolvida em Araquembaua manteve as suas características ancestrais, voltando-se apenas para a reprodução das condições de existência e não para a acumulação capitalista.

No passado o grupo sobrevivia principalmente do extrativismo e escambo. Colhia a castanha do Pará, o látex da borracha, a bacaba, o bacuri, a manga, fazia a farinha e trocava o excedente na cidade ou comercializava com os barcos que percorriam os rios do município, os chamados regatões, por regatearem os preços de acordo com o comprador. O declínio na atividade pesqueira impulsiona a migração e, por conseguinte, o movimento de apropriação de demarcação de terras. Soma-se a isso o crescimento da população, hoje Araquembaua conta com 200 famílias. Os desafios são muitos, porém as mudanças

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

ocorridas ao longo do tempo não foram capazes de alterar a identidade da comunidade, ao contrário, demonstraram o caráter dinâmico do grupo e ajudaram a ressignificar os comportamentos tradicionais, colaborando para a reprodução social (FLEURY; ALMEIDA, 2007).

No lugar, o direito à educação ainda não é plenamente garantido. Nas memórias do grupo estão vivas as imagens que remontam um tempo em que estudar era tão difícil que a opção pelo estudo definia o destino do sujeito – a desistência e, ao mesmo tempo, a permanência no grupo ou a assunção, que implicava necessariamente na migração. Estudar representava um desafio que colocava a maioria dos jovens em situação de vulnerabilidade, pois se viam obrigados a migrar para as cidades próximas na condição de trabalhadores domésticos sem nenhuma garantia reservada, nem trabalhista, nem humana. Apenas a promessa de que poderiam estudar.

Ainda assim alguns foram. Nem todos obtiveram sucesso, mas um pequeno grupo garantiu projeção profissional que, mais tarde, reverteu-se em benefícios para a comunidade como, por exemplo, a trajetória do Dr. Basílio de Paula Rodrigues, morador de Araquembaua que na adolescência migrou para Baião e depois para Belém, onde cursou o bacharelado em Direito, tornando-se em seguida pretor (quase magistrado) de Baião, hoje aposentado. A igreja católica, o mercado de peixe, o Basilhão (campo de futebol) foram construídos com a colaboração deste morador que mantém sua residência na Primeira Rua onde antes era a casa de seus pais.

Araquembaua hoje tem três escolas, mas a dificuldade de aliar a permanência na comunidade e os estudos ainda é uma realidade. A desistência explica-se frequentemente pela constituição precocemente de família, dificultando a frequência regular em instituição de nível superior em outro local. Este cenário altera-se aos poucos e pode ser compreendido à luz das mais recentes mudanças ocorridas no território.

A partir da titulação os moradores, principalmente os mais jovens, ingressaram nas universidades pelo sistema de cotas que reserva vagas aos remanescentes de quilombo em universidades públicas e em regime intervalar, isso estimulou o retorno dos moradores ao lugar. Essa possibilidade que é positiva e que representa uma conquista associa-se à garantia da posse da terra e ao surgimento de novas territorialidades.

O lugar, portanto, ainda é marcado pela baixa presença de sistemas técnicos, de transportes e de comunicação, pela baixa integração com a cidade, pela quase inexistência de outras rendas que não advindas da atividade agrícola, pelo êxodo rural imanente, pelo primado do uso sobre a posse e pelo distanciamento geográfico. A terra por muito tempo

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

foi o principal meio de produção e força produtiva. O trabalho, desenvolvido principalmente pela unidade familiar que é também a unidade produtiva.

Os usos e a área nos ajudam a pensar a dinâmica do lugar e a compreender que o modo de vida camponês-ribeirinho foi predominante na produção do lugar e que em algum momento este modo de vida passou a ser ameaçado. A titulação é então uma resposta que materializa o poder de organização e resistência dessa comunidade. E é também uma conquista (NAHUM, 2011).

A TITULAÇÃO

A adesão ao processo de titulação do território quilombola em Araquembaua está relacionada aos processos de regularização fundiária. Enquanto que nas localidades próximas uma demanda identitária se colocava também como parte do processo de reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos – categoria social relativamente recente que é usada como uma nova tradução para o que já era conhecido como comunidades negras rurais, mais ao centro, sul e sudeste do país e terras de preto, mais ao norte e ao nordeste (ARRUTI, 2006) –, em Araquembaua foi a motivação da posse da terra, bem como a ameaça da perda e o medo que motivaram a assunção da identidade étnica.

Neste sentido, destacam-se a atuação do Movimento Negro do Pará, representado pelo CEDEMPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), órgão que teve uma atuação relevante no processo de titulação de todas as 26 comunidades de Baião. O mapeamento das regiões onde provavelmente houve ocorrência de mocambos e quilombos foi um passo decisivo para a consolidação da conquista efetiva da terra dando visibilidade a presença negra historicamente demarcada no território.

A ação do movimento negro no país ajudou a intensificar a luta política pelo reconhecimento legal dos quilombos brasileiros e resultou na materialização de uma conquista efetiva a partir da Constituição Federal de 1988. Nesse documento oficial três artigos – 68, 215 e 216 – asseguram os direitos de reminiscência aos afrodescendentes e imputam ao Estado a responsabilidade pela regularização fundiária.

Art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 215 - O Estado garantirá a todos os afrodescendentes o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

**Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)**
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

Art. 215 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

O direito social garantido aos afrodescendentes através da regularização da posse da terra é importante destacar, não contempla somente as terras de quilombo originadas durante o processo de escravidão ou após a abolição. Segundo o artigo 205, da Constituição Federal de 1988, esse direito se estende a todas as comunidades rurais ocupadas tradicionalmente por afrodescendentes.

Todavia, apenas regularizar as terras não resolve as inquietações dos remanescentes. Cem anos se passaram da abolição da escravidão até a inclusão dos artigos acima na legislação brasileira e devolvesse o direito agrário aos afrodescendentes do país. Desde a promulgação da Constituição de 1988, predomina a luta dos movimentos negros contra a morosidade e o descaso no cumprimento da lei.

A reparação devida aos afrodescendentes ainda não ocorreu, pois a sociedade brasileira não conseguiu resgatar integralmente sua dívida com essas pessoas. Os quilombolas no passado reivindicavam a liberdade para reconstruir a identidade social. Movidos por intenções semelhantes, os quilombolas contemporâneos lutam pelo direito à terra. A terra é mais que chão para o quilombola. A terra é identidade social, é vida do grupo (TRECCANI, 2008), portanto território.

Em Araquembaua, a titulação representou a efetivação do direito agrário, sinalizou também a demarcação de novas territorialidades. A incorporação de alguns moradores à ARQUIB – Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto e Baixinha – suscitou o surgimento de outras lideranças e demandas políticas. A partir de então a participação da comunidade em eventos que discutem a realidade dos quilombos na Amazônia foi se tornando mais comum e demandando outros interesses.

Em 2001 ocorreu em Baião o II Encontro de Comunidades Negras Rurais do Estado do Pará. Esse encontro agregou lideranças das comunidades tituladas e fortaleceu o movimento em prol da conquista de benefícios para as áreas de quilombo. Serviu também para a elaboração de novas estratégias de articulação política e territorial, representando um episódio muito marcante para a comunidade do ponto de vista cultural, social e político.

A igreja católica foi a primeira a impulsionar as lutas e as conquistas sociais dos moradores de Araquembaua. Em seguida a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião e a efetiva militância política do Partido dos Trabalhadores (PT) na localidade, resultaram no surgimento de um forte engajamento da comunidade nas lutas sociais. A

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

entrada do movimento negro, porém, representou, sem dúvida, um marco nessa nova configuração política.

A titulação não foi percebida por todos da mesma maneira. Dentro do território despontam relações que sinalizam conflitos no que diz respeito à assunção da identidade étnica africana, confundindo Araquembaua com território étnico. O conflito surge por alguns ainda não compreenderem que ao se reivindicarem quilombola estão utilizando-se de uma estratégia para garantir a terra e o território. Além disso, o fato de a posse da terra ser coletiva contrariou as expectativas de alguns membros do grupo, fazendo surgir focos de tensão e de conflito. O surgimento de lideranças diferentes provocou um reordenamento nas relações de poder desenhadas no grupo ao longo do tempo, enfraquecendo lideranças tradicionais e lançando novas.

É importante destacar que, muito embora as narrativas dos moradores apontem para o não reconhecimento da ancestralidade africana no lugar, Salles (2005) reúne em seus achados uma vasta documentação, que inclui notas de jornais, relatórios de polícia e títulos de terra, que aponta para a existência na região do Baixo Tocantins de uma grande quantidade de engenhos entre os séculos XVII e XVIII. A documentação policial da época também exhibe os esforços empreendidos pelos senhores de escravos e pelas lideranças políticas para conter o crescimento dos quilombos.

A presença negra comprovada na região e a existência de uma grande quantidade de quilombos é um dado significativo, pois sugere que por algum motivo essa memória foi apagada do grupo. Entender o esquecimento, o desaparecimento da memória é um dos desafios dos quilombos contemporâneos e, em particular, do quilombo de Araquembaua.

Por outro lado a gestão coletiva da terra não é uma tarefa simples. A comunidade conta com aproximadamente 200 famílias e muitas delas com demandas diferentes. O desenvolvimento de atividades agrícolas não contempla a todos da mesma maneira, principalmente os mais jovens. Mesmo acreditando que a posse da terra é um direito, alguns veem na gestão coletiva a impossibilidade de decidir sobre o destino de suas atividades produtivas e, até mesmo de vender a terra, se for necessário, como garantia de algum recurso financeiro.

Soma-se a esse cenário, a presença de pessoas de fora do lugar, mas que tem a confiança do grupo e, provavelmente outros interesses, agindo no sentido de fragilizar as novas lideranças. Os ressentimentos das lideranças tradicionais associados a interesses exógenos ao lugar criam um clima de tensão e denota o quanto a titulação, tão somente, não dá conta de responder aos anseios da comunidade. É preciso mais que isso. É

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

necessário compreender como vem se configurando as novas territorialidades que surgiram no lugar e que rebatimentos têm provocado no modo de vida dessas pessoas.

Mas, para além dos desafios que se colocam em Araquembaua e em outras localidades próximas, cabe ressaltar que a experiência da titulação no Pará, em geral, foi extremamente exitosa servindo de exemplo para a Amazônia e para o restante do país. Ela não derivou, como vimos, dos esforços dos próprios quilombolas. Foi muito mais resultado da agência externa, no entanto, sua eficácia resultou em uma série de alterações nas normas jurídicas que regulam o acesso a terra (TRECCANI, 2008).

É necessário avançar muito para superar os entraves que se colocam no cotidiano da gestão da terra na Amazônia. Também em Araquembaua, o aprendizado do novo tem ocorrido gradualmente, mas já se percebe alguns avanços. Ainda que as territorialidades não sejam homogêneas e sinalizem conflitos, a comunidade tem dado passos importantes no sentido de definir melhor suas demandas e de organizar de forma mais democrática e participativa as suas lutas.

O TERRITÓRIO QUILOMBOLA – do lugar para o mundo

O território quilombola de Araquembaua tem uma identidade que indica que a comunidade desenvolveu estratégias de permanência assentadas em práticas tradicionais como a pesca, a caça e a agricultura de subsistência. Também revela que a demarcação territorial foi feita a partir destes usos o que enquadra a comunidade de Araquembaua em características das populações rurais ribeirinhas que tem o uso tradicional da terra e a relação com o rio como traço comum e predominante. A titulação do território como remanescente de quilombo não alterou essa identidade.

Os conflitos com relação a assumir a identidade quilombola ainda são sensíveis, mas passados quinze anos da titulação, outras questões se colocam com muito mais densidade. A titulação agregou algumas expectativas do grupo, a maioria relacionada aos benefícios prometidos em lei principalmente no que diz respeito ao apoio às atividades produtivas do local. Porém, semelhante ao ocorrido em outras localidades que também foram tituladas (NAHUM, 2011), a efetivação da titulação não veio acompanhada de ações capazes de impulsionar as atividades rurais do lugar.

O surgimento do pequeno comércio na vila de Araquembaua sugere mudanças na vida cotidiana da comunidade. O escambo, prática tradicional do grupo, foi cedendo lugar aos poucos a um novo modelo de organização econômica. Revela ainda o quanto essas

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

pessoas têm dialogado com outros modelos onde a inclusão de uma rede de serviços e comércio facilita o acesso a produtos e bens e serve como fonte de renda para aqueles que não estão incorporados ao trabalho com a terra.

No campo político também se percebem transformações importantes. A militância do grupo, o surgimento de novas lideranças, a incorporação à causa negra, o processo formativo de alguns membros da comunidade, a intensificação de ações partidárias e dos sindicatos rurais, etc. sinalizam um processo de empoderamento gradativo da comunidade. O aumento do número de jovens que ascenderem à formação superior também comprova esse dado.

As tradições religiosas são as que mais resistem à força do tempo. Novembro é o mês em que a comunidade celebra a Santíssima Trindade dos Inocentes. Tempo de festa, de aproximação, de solidariedade e de muitos convidados no lugar. Os pequenos barcos se amontoam no trapiche e as casas ficam cheias de parentes e amigos. É um natal antecipado, onde os presentes são entregues em forma de votos e de pedidos de bênçãos. Mas a festa no barracão foi proibida pela igreja. O padre da localidade não a considera apropriada a um evento sagrado. Os pastores protestantes e os que se converteram ao protestantismo, também apoiaram o fim da festa. Ainda assim a procissão permanece.

A implantação de duas escolas e de um posto de saúde foi comemorada intensamente pela comunidade. Os professores são enviados pelo município ou pelo estado em regime especial, mas já representa um grande avanço para os moradores que agora podem concluir o ensino fundamental e médio no próprio local de moradia.

O acesso a novas tecnologias informacionais, a possibilidade de deslocamento por terra, a chegada da luz elétrica, representaram importantes mudanças na feição do lugar e impactaram o cotidiano das pessoas. No entanto, apesar dos avanços em alguns aspectos da organização social, política e econômica da localidade, muito há que se conquistar. Ainda ocorre, por exemplo, uma intensa migração da população jovem em direção às cidades mais próximas em função da falta de estrutura adequada para a permanência das famílias na comunidade com a qualidade de vida que se almeja.

A titulação é o primeiro passo, precisa ser acompanhada de outras ações capazes de dar forma e substância a condição reconhecida de Araquembaua como comunidade rural negra, como quilombo. A identificação de um quilombo está associada principalmente a questão identitária, mas não apenas. Um quilombo rememora a resistência e, por conseguinte, a existência (SOUZA, 2008, p. 26). A existência acompanhada dos usos da terra e das diversas territorialidades que nela despontam. Esses usos refletem o grau de

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

autonomia do grupo, indicam a capacidade de organização, sinalizam as relações de poder, revelam o tecido estratégico que dá substrato às atividades cotidianas, refletem aspectos do trabalho, lazer, moradia, cultura, credo, vida e morte. Revelam suas ações políticas. São usos que extrapolam o domínio do concreto simbolizando aspectos, os mais variados, da identidade grupal.

Esse território materializa a recriação dos modos de vida originais dos povos africanos, simbolizando primeiro a ruptura com o sistema escravista, a resistência à lógica de dominação e, ainda, a recriação dos laços identitários relacionados com as práticas espaciais e culturais que compreendem o uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água como símbolo estruturante (CASTRO, 2006). Mas representa principalmente a luta pela autonomia de um povo, autonomia demarcada no território.

O território é, portanto, o elemento que consolida a identidade étnica e que perpetua a memória política e cultural dessas pessoas. No caso particular das áreas de quilombo, o território materializa a relação entre os sujeitos e a terra; define os modos de vida, estabelece as relações sociais e é, em si mesmo, um estruturante social.

Araquembaua demarcou seu território a partir de práticas ancestrais. Consolidou sua identidade desenvolvendo laços de solidariedade e fortalecendo suas lutas de forma coletiva e dialógica. A relação com o grupo é orgânica. Cada morador representa uma parte da história do lugar. Cada família, cada lote de terra, cada árvore plantada, cada caminho construído, tudo sinaliza a existência de um território marcado pelos seus usos, pelos seus costumes, tradições e identidades.

A titulação também não impediu a ameaça sob a terra, uma vez que os limites territoriais definidos pelos órgãos oficiais do Estado, nem sempre são respeitados. Prova disso é a penetração cada vez mais intensa de madeireiras no lugar. Essa penetração se dá de variadas formas que incluem a contratação temporária de mão de obra local, a cooptação das lideranças através da sedução empreendida por planos de manejo da área que nunca foram efetivados, pelo discurso de sustentabilidade e desenvolvimento que é apresentado à comunidade como uma espécie de redenção.

O exemplo de Araquembaua é significativo para o entendimento das dinâmicas sociais e territoriais da Amazônia, pois a presença de novos atores na região, novos objetos, novas intencionalidades e territorialidades é cada vez mais intensa. Porém, para além de todas essas mudanças, persevera o modo de vida amazônico e dentro dele, o modo de vida que é ao mesmo tempo camponês, ribeirinho e quilombola.

**Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)**
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

Nos quilombos contemporâneos amazônicos, modo de vida e territorialidades se cruzam na direção da luta pelos direitos territoriais e identitários, se unem na resistência à chegada de um novo tempo, que atende a outra lógica que não a deles, se fortalecem no enfrentamento à exploração de seus recursos. Neste conflito, muitos têm tombado e sangrado a terra com seus sonhos e esperanças, mas um quilombo, é preciso recordar, remete a luta, a solidariedade na escassez, a resistência e ao enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos compreender de que forma vem se configurando o modo de vida e as territorialidades ao longo do tempo em Araquembaua destacando o processo de titulação que reconheceu o direito de posse do território aos moradores auto-identificados como comunidade rural negra remanescente de quilombo. Também buscamos identificar durante o trabalho as novas territorialidades que despontaram após o evento da titulação analisando seus rebatimentos na configuração socioespacial do território.

Vislumbramos através das narrativas dos moradores as mudanças e permanências que se manifestaram ao longo do tempo. No território usado se configurou o crescimento populacional, o surgimento de novos objetos geográficos, o desenvolvimento de novas territorialidades, outros traçados espaciais. Ao mesmo tempo, percebemos a preservação de práticas tradicionais de trabalho convivendo com os novos ritmos e modelos associados ao assalariamento, vimos, entretanto, que a mata, o rio e a família como unidade produtiva ainda são os condutores do grupo.

Diversas territorialidades se expressam no lugar, sinalizando conflitos em relação ao assumir-se na identidade étnica africana, que o modo de vida e as territorialidades em Araquembaua sinalizam aspectos da identidade e tradição ribeirinhas e as mudanças que ocorreram nos marcos legais brasileiros que incidiram diretamente no território não foram capazes de alterar essa identidade. Porém, também identificamos elementos que sinalizam que a titulação, muito embora não tenha sido desejada por todos, representou uma conquista para a comunidade porque impediu o avanço e a pressão sobre a terra, garantindo a posse do território, a preservação da identidade e da vida.

Por outro lado, as inquietações relativas à inoperância das políticas públicas que deveriam ter colaborado para o estabelecimento de uma melhor qualidade de vida para os moradores após a titulação, são muito intensas. A comunidade demonstra ter consciência de que a titulação somente não foi capaz de melhorar a qualidade de vida do grupo e que,

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaua, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

portanto, a necessidade de fortalecer as lutas é cada vez maior. O engajamento na militância da causa negra sinaliza essa compreensão.

Araquembaua retrata na sua simplicidade a trajetória de comunidades rurais negras assentadas tradicionalmente nas terras amazônicas. Exemplifica o árduo e intenso processo de constituição e ressemantização do que é ser um quilombo. Denuncia o lapso da memória, o esquecimento. Evidencia a exclusão, o preconceito, o medo e a vulnerabilidade dos remanescentes de quilombo no Brasil.

Araquembaua, ao mesmo tempo, demarca a força daqueles que historicamente foram pressionados ao isolamento, foram abandonados pelas políticas públicas, foram invisibilizados no tecido histórico do país. Exibe o quanto o povo amazônico insiste em sua luta pela vida. Mesmo diante da ameaça. Mesmo diante do medo. Mesmo diante da possibilidade da perda.

Concluimos a partir do exemplo do território quilombola de Araquembaua, que a conquista da posse da terra não alterou os traços do modo de vida das comunidades quilombolas amazônicas mantendo, por exemplo, a dependência e a subordinação ao mercado; que a ameaça sobre a posse da terra continua uma vez que os limites oficiais dos territórios demarcados nem sempre são respeitados e que ocorrem sobreposições de territorialidades e territorializações de outros atores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRO, Edna. Terras de preto entre rios e igarapés. In: CASTRO, Edna (Org.). **Belém de Águas e Ilhas**. Belém: CEJUP, p. 137-160. 2006.

FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione. **Populações tradicionais e conservação ambiental**: uma contribuição da teoria social. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2007.

HERNANDEZ, Francisco Del Moral. Hidrelétricas na Amazônia: renovabilidade e não renovabilidade da política energética. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Programa de Pós-Graduação em Geografia – IFCH/UFPA, v. 7, p. 791-811, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1981-81222012000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso: 02 fev. 2016.

NAHUM, S. João. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 12, p. 79-103, 2011. Disponível em:

Um território quilombola amazônico:
Estudo de caso na comunidade Araquembaú, no município de Baião (PA)
Carla Joelma de Oliveira Lopes; João Santos Nahum

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13470/7694>>. Acesso: 02 fev. 2016.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia Paraense. **Revista da ANPEGE**, Curitiba, v. 11, n. 15, p. 309-331, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/423/pdf>>. Acesso: 02 fev. 2016.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: IAP, 2005.

SOUZA, Barbara Oliveira. **Aquilombar-se**. Panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. 204f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TRECCANI, Giralomo Domênico. **Terras de quilombo**: entraves do processo de titulação. Belém: Programa Raízes, 2006.

Recebido para publicação em 15/11/2015

Aceito para publicação em 18/01/2016